



O conceito de necropolítica e a pandemia COVID-19: algumas notas sobre a realidade brasileira

Breno Augusto da Costa ¹

Resumo

O objetivo deste artigo é defender a relevância e atualidade do pensamento do filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto (1909-1987). Para tanto foi realizada uma conceituação de necropolítica com base em sua obra, bem como discutida a pandemia COVID-19 à luz dessas reflexões. Necropolítica é um regime cujo elemento central é a morte de alguns, promovida de diferentes formas, para o cumprimento de alguma finalidade social. Álvaro Vieira Pinto oferece um referencial para o entendimento e superação deste quadro nos países subdesenvolvidos. Sua produção traz várias contribuições de cunho decolonial e centra-se na ideia de libertação nacional através de um projeto de desenvolvimento nacional, isto é, de humanização das condições de existência daqueles que aqui vivem e concomitante à superação epistêmica do eurocentrismo. Ênfase foi dada nos aspectos éticos da necropolítica e na concepção de existência de Vieira Pinto, que propõe uma mirada outra para conceitos como situação-limite e ser para a morte, bem como uma discussão acerca das ações necropolíticas empreendidas pelo governo Jair Messias Bolsonaro. Concluímos enfatizando a necessidade de um projeto nacional de natureza libertadora e apontando Bolsonaro como o fantoche de uma necropolítica pauperista.

Palavras chave: Necropolítica; COVID-19; Álvaro Vieira Pinto; Pensamento Decolonial; Libertação Nacional.

El concepto de necropolítica y la pandemia de COVID-19: algunas notas sobre la realidad brasileña

Resumen

El objetivo de este artículo es defender la importancia y actualidad del pensamiento del filósofo brasileño Álvaro Vieira Pinto (1909-1987). Para eso fue realizada una conceptualización de necropolítica con base en su obra, así como una discusión sobre la pandemia COVID-19 desde estas reflexiones. Necropolítica es un régimen cuyo elemento central es la muerte de algunos, promovida de diferentes formas, para el cumplimiento de alguna finalidad social. Álvaro Vieira Pinto nos ofrece un referencial para entender y superar este cuadro en los países subdesarrollados. Su producción trae varias contribuciones de naturaleza decolonial y centrarse en la idea de la liberación nacional través de un proyecto de desarrollo nacional, esto es, de humanización de las condiciones de existencia de aquellos que viven acá y concomitantemente a la superación epistémica del eurocentrismo. Fue dada énfasis en los aspectos éticos de la necro-

¹ Analista de Educação Básica no Centro de Orientação e Pesquisa em Educação Especial (CEOPEE). Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro. Estuda a obra de Álvaro Vieira Pinto, Enrique Dussel e o Pensamento Decolonial. brenobac@gmail.com

política y en la concepción de existencia de Vieira Pinto, que propone una mirada otra para conceptos como situación-límite y ser para la muerte, así como una discusión sobre las acciones de necropolítica emprendidas por el gobierno Jair Messias Bolsonaro. Concluimos enfatizando la necesidad de un proyecto nacional de naturaleza libertadora y apuntando a Bolsonaro como marioneta de una necropolítica pauperista.

Palabras clave: Necropolítica; COVID-19; Álvaro Vieira Pinto; Pensamiento Decolonial; Liberación Nacional.

The concept of necropolitics and the COVID-19 pandemic: some notes on the Brazilian reality

Summary

The aim of this paper is to defend the relevancy and actuality of the thinking of the Brazilian philosopher Álvaro Vieira Pinto (1909-1987). For this purpose we carried out a conceptualization of necropolitics based on his work, it was discussed the pandemics of COVID-19 in light of these reflections as well. Necropolitics is a regimen which a central element is the death of some, promoted by different forms, aiming the accomplishment of some social finality. Álvaro Vieira Pinto offers a referential to the understanding and overcoming of this condition in the underdeveloped countries. His production brings several contributions of decolonial nature and is centred in the idea that national liberation through a project of national development, that is, the humanization of the conditions of existence of those who live here and concomitantly to the overcoming of eurocentrism. We highlighted the ethical aspects of necropolitics and Vieira Pinto's conception of existence, who propose an other gaze to concepts such as limit situation and being towards death and discussed the necropolitical actions performed by the government of Jair Messias Bolsonaro. We conclude emphasizing the need of a national project of liberating nature and point Bolsonaro as a puppet of a pauperist necropolitics.

Key words: Necropolitics; COVID-19; Álvaro Vieira Pinto; Decolonial Thinking; National Liberation.

De fato, para que haja justiça, solidariedade, vontade diante das vítimas, é necessário 'criticar' a ordem estabelecida para que a *impossibilidade de viver* destas vítimas se converta em *possibilidade de viver* e viver melhor. Mas para isto é necessário 'transformar' a ordem vigente; fazê-la crescer, criar o novo.

Enrique Dussel

No dia 7 de abril de 2020, quando começamos a escrever este artigo, haviam 1.282.931 casos detectados de contaminação por SARS-CoV-2, 72.774 mortes confirmadas e sua presença em 211 países ou territórios do mundo, de acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020a). No Brasil houve 567 mortos confirmados e 12.240 infectados contabilizados até esta data, ainda que os dados estatísticos provavelmente estejam muito aquém da realidade concreta. Pouco menos de um mês antes, em 11

de março, a COVID-19 foi declarada oficialmente uma pandemia, considerando sua taxa de disseminação e gravidade de alguns casos (OMS, 2020b). Os principais sinais e sintomas provocados pelo vírus podem incluir febre, tosse, dificuldades severas para respirar e sintomas gastrointestinais, como diarreia, vômitos e dor abdominal. A transmissão ocorre especialmente pelo ar ou pelo contato direto das pessoas através de gotículas de saliva, espirro, tosse e secreções que podem contaminar mãos e superfícies (OLIVEIRA, ABRANCHES & LANA, 2020).

A comunidade científica tem empreendido diversos esforços para lidar com a COVID-19. No âmbito biomédico existem pesquisas para encontrar uma vacina², além de novas propostas medicamentosas ou protocolos de atendimentos sugeridos a partir de dados empíricos (TANG, BAI, CHEN, GONG, LI, & SUN, 2020). No âmbito da saúde mental foram divulgadas pela OMS algumas orientações de enfrentamento ao estresse suscitado pela pandemia (OMS, 2020c), bem como em perfis institucionais ou individuais nas mídias sociais.

Um fato, porém, nos chama a atenção. Referimo-nos ao descompromisso, em nossa realidade nacional, em relação à saúde coletiva demonstrado por parcela significativa do governo federal, por grupos empresariais e por líderes evangélicos. Neste trabalho defenderemos que o pensamento do filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto (1909-1987) pode nos oferecer a compreensão de tal quadro e propostas visando sua superação. Em primeiro lugar elaboraremos uma conceituação de necropolítica baseada em seu pensamento e no do argentino Enrique Dussel, pois acreditamos que ambos podem oferecer uma chave conceitual fecunda para a o entendimento de nossa situação. Na conceituação empreendida tratamos especialmente dos aspectos éticos e existenciais da necropolítica. Posteriormente, na segunda parte do texto, será mostrada a relevância das reflexões de Vieira Pinto sobre a existência autêntica e sobre o “ser para a vida”, para o nosso contexto atual. Por fim discutiremos como as relações internacionais estabelecidas pelo Brasil refletem-se na necropolítica e na dominação imperialista de seu povo.

O conceito de necropolítica

Álvaro Borges Vieira Pinto foi um filósofo brasileiro cujo percurso intelectual partiu da filosofia grega clássica e perpassou temas relacionados ao desenvolvimento

² <https://www.cartacapital.com.br/saude/cientistas-brasileiros-buscam-vacina-contracoronavirus/>.

nacional, pensamento crítico, nacionalismo, lógica dialética, metodologia científica, formação de pesquisadores, educação de adultos e demografia. Em 2005 foi publicado postumamente “O conceito de tecnologia”, livro que versava sobre técnica, tecnologia, automação, inteligência artificial, cibernética e libertação nacional e que reacendeu o interesse em seu pensamento. Não menos importante, mas pouco explorada academicamente, houve a publicação de “A sociologia dos países subdesenvolvidos”, em 2008, dessa vez abordando temas relacionados à sociologia e suas possibilidades enquanto disciplina propiciadora da dominação colonial-imperial ou da libertação nacional (CÔRTEZ, 2003; GONZATTO & MERKLE, 2016; VIEIRA PINTO, 1982, 2005, 2008).

O estudo da obra de Álvaro Vieira Pinto é relevante à medida em que ele realizou um exame amplo, sistemático e concreto da existência do ser humano, tratando-o em sua condição existencial, social, histórica e cultural. Por outro lado, à medida em que investigou a situação do desenvolvimento da nação brasileira perante as outras comunidades nacionais, propondo ferramentas práticas para sua libertação autêntica, o que envolvia não apenas medidas políticas e econômicas, mas também culturais e intelectuais, encontramos diversas confluências entre ele e o pensamento decolonial atual (BALLES-TRIN, 2013; BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES & GROSFUGUEL, 2018; P. MARTINS, 2019), o que já abordamos em outros textos (COSTA & MARTINS, 2018; 2019a; 2019b).

Álvaro Vieira Pinto não utiliza o conceito de necropolítica, portanto a proposta que elaboraremos a seguir trata-se de conceituação que se baseia em seu pensamento principalmente, mas que não chega a ser propriamente dele. Nosso empreendimento parte da leitura da obra do filósofo camaronês Achille Mbembe (2018), entretanto a partir de um exercício crítico (VIEIRA PINTO, 1960) e dialético, entendendo-a como a ciência do movimento do real (VIEIRA PINTO, 1969), concebemos a necropolítica em termos existenciais concretos e referenciados à nossa realidade nacional.

A concepção original de Mbembe sem dúvida pode contribuir para os propósitos deste trabalho. Nada obstante, vislumbramos que uma nova conceituação pode nos oferecer subsídios mais ricos para um projeto de libertação nacional. Consideramos que pensador camaronês na obra em questão (MBEMBE, 2018) demonstrou certa atitude de superação das viciações intelectuais que um intelectual oriundo de um país que sofreu a colonização francesa pode estar submetido. Não podemos negligenciar que o eurocentrismo, aspecto importante da colonialidade, nutre-se também da ideia de que a filosofia europeia, a cultura europeia e a produção acadêmica europeia equivalem pura e simples-

mente à filosofia, cultura e produção acadêmica de ponta (DUSSEL, 2017). Por isso desde cedo os intelectuais dos países do Sul global são ensinados que a produção intelectual padrão ouro vem do Norte global, ou sendo mais precisos, da Europa e dos Estados Unidos. Para um país de colonização francesa o jugo colonial impõe que, no campo intelectual, os autores franceses sejam cotejados como figuras de referência sacrossanta. A esse respeito o jugo português é mais leve neste quesito – e neste apenas –, pois foi um povo que de alguns séculos para cá não foi capaz de produzir pensadores que atingiram um conceito caríssimo aos baluartes da colonialidade europeia: a universalidade.

Mbembe (2018) propõe em sua discussão sobre necropolítica que os conceitos foucaultianos de biopolítica e biopoder são insuficientes para dar conta das formas contemporâneas pelas quais a vida é submetida ao poder da morte. Portanto ainda que ele seja tributário de Foucault, conforme salientam seus comentadores (LIMA, 2018), entendemos que suas maiores contribuições reflexivas e originalidade se devem à sua busca por superá-lo no que o francês tem de essencialismo epistêmico ou à sua aproximação com o pensar de Frantz Fanon (MACEDO, 2016; NOGUERA, 2018). Mbembe, de acordo com Macedo, concebe que necropolítica nomeia “regimes de governamentalidade em que a soberania é definida pela capacidade de decidir quem deve viver e quem deve morrer” (2016, p. 329), conforme ocorreu nos casos do *apartheid* da África do Sul ou na Palestina, lugares onde “prevalecem formas de controle e alto grau de militarização com a finalidade de dominar territórios ou populações inteiras, numa verdadeira institucionalização do ‘estado de sítio’” (MACEDO, 2016, p. 329).

Concebemos que diversos âmbitos do ser quedaram ocultos para Foucault, assim como para Heidegger, Freud e vários outros pensadores europeus que sim, criticaram a modernidade, entretanto o fizeram dentro da mesma episteme racional-moderna. Para nós é inaceitável epistemologicamente a despreocupação que eles apresentam com o *outro* latinoamericano, ameríndio, negro e assim sucessivamente. Afirmar, como o fez Foucault, que “jamais as guerras foram tão sangrentas como a partir do século XIX e nunca, guardadas as proporções, os regimes haviam, até então, praticado tais holocaustos em suas próprias populações” (2018, p. 147), é negligenciar o primeiro e segundo holocaustos da modernidade de que fala Enrique Dussel (2017), ou seja, a carnificina perpetrada pelos europeus contra os povos originários das Américas e contra os povos de origem africana. Em outro momento ele coloca que a entrada da vida humana, e seus fenômenos inerentes, no campo histórico das técnicas políticas é um dos constitutivos do desenvolvimento do capitalismo. Não que não seja, nem que também não seja relevante a moral

ascética, conforme ele mesmo o aponta. Entretanto a modernidade tem como outra face a colonialidade. São aspectos indissociáveis do processo histórico global (MALDONADO-TORRES, 2018; QUIJANO, 2010; WALSH & MIGNOLO, 2019). E além de outras coisas, *a colonialidade se concretizou como um dos aspectos fundamentais do capitalismo e da hegemonia europeia a partir da “Idade Moderna”*. Foram necessários vinte e cinco anos desde o início da exploração das minas de prata de Potosí, no Alto Peru, e de Zacatecas, no México – de onde afluíram à Espanha 18 mil toneladas do precioso metal até 1660 – para que as primeiras remessas permitissem aos espanhóis montarem uma grande armada que derrotou os turcos em 1571, na batalha de Lepanto, portanto adquirindo hegemonia sobre o Mediterrâneo e assim iniciando a consolidação de seu domínio (DUSSEL, 2012).

É necessária outra atitude intelectual, que supere as viciações do pensamento eurocêntrico e ocidentalista. Uma *atitude outra*, contraposta à colonialidade, pode ser entendida como os “modos que confrontam, transgridam e desfazem a fortaleza da modernidade/colonialidade³” (WALSH & MIGNOLO, 2018, p. 18). Um de seus elementos centrais é noção de insurgência e desobediência epistêmica, por isso de nenhuma forma a produção europeia ou estadunidense assume a função de cânone em nossas produções. Temos aqui uma opção direta e *radical*, ou seja, *que vai até as raízes*, que é como definimos esse termo, pelo decolonial. A produção do Norte global quase sempre reflete os interesses de seu contexto geopolítico, que é marcado pelo desenvolvimento, é verdade, mas pelo desenvolvimento às custas, expensas e em detrimento do subdesenvolvimento do mundo pobre, dos condenados da terra. Por isso a suspeita teórica e metodológica que perpassa sua produção. Se eles se propõem a examinar sua realidade, é suspeito seu uso aqui, porque sua universalidade é falsa, serve muito mais para atualizar e reificar de outras formas a feudalmanía (GROSFUGUEL, 2008) do que de fato auxiliar-nos na tarefa de interpretação da nossa realidade. Mas se eles propõem a examinar a nossa realidade, temos aqui uma dupla falsidade, porque, em primeiro lugar, seria uma consciência alheia, no mínimo severamente limitada para perceber-nos autenticamente, pois não vivem nossa realidade social, história e cultural. Por fim, a produção estrangeira trata-se de uma produção a serviço dos estrangeiros. Em uma economia globalizada, em que a posição de uma nação deve ser pensada não apenas em relação às suas fronteiriças, mas relacionando-se com todo o Globo, os intelectuais cumprem funções de diferentes matizes, consci-

³ A tradução desta citação e das demais feita de textos em língua estrangeira foram feitas pelo próprio autor.

entamente ou inconscientemente, deliberadamente ou não. O que não podemos crer é que o modelo do intelectual europeu branco do fim do século XIX e começo do século XX, que propunha que haveria uma classificação racial da Humanidade, em que, para pasmar os bobos, os brancos eram superiores; não podemos crer que esse modelo de intelectual se extinguiu. Antes havia a produção de várias estultices teóricas para impor, justificar e manter a dominação de cunho colonial e imperial. Hoje, ainda que disfarçados, outros expedientes teóricos ainda se mantêm para manter o mundo rico, rico e o mundo pobre, pobre.

Feitas estas considerações introdutórias e metodológicas, partiremos do próprio conceito de política para realizar nossa conceituação. O que caracteriza o ser político? Existe um conjunto de representações sociais sobre o termo, degradando-o quase sempre àquilo que é chamado comumente de politicagem, à luta espúria e cretina pelo cratos (poder político), simplesmente pelo poder, à corrupção profusa e inevitável: “todos que entram para a política são corruptos, e se não são, se tornarão com o tempo”, “os políticos são todos iguais, todos roubam”, “se for honesto eles não deixam governar”. A política em nosso país, por sua incapacidade de promover o desenvolvimento nacional autêntico, isto é, humanizador das condições de existência das massas, tem suscitado um imobilismo na situação dos brasileiros e isto traz consequências funestas para a consciência social e para o destino da nação. Tal situação, acreditamos, não será definitiva, por isso não pode ser definidora do ser político.

Tomaremos o conceito de política em um sentido amplo, pois “toda ação, individual ou coletiva, que se passa no interior da sociedade e tem esta por objeto é política” (VIEIRA PINTO, 2008, p. 161). Há que se considerar a dificuldade de compreensão deste fenômeno por alguns, porque muitas vezes tal ação pode ser indireta ou não intencional. A produção artística e o trabalho científico são citados por Vieira Pinto como exemplos disso à medida em que não influem diretamente na direção da comunidade, mas mesmo assim são fatores que incidem sobre ela, transformando-a através das ideias que seus cidadãos detêm. Para corroborar esta concepção uma reflexão a esse respeito pode ser eliciada através de uma pergunta do próprio Álvaro Vieira Pinto que, se nos é permitido, retiraremos do contexto para repetir aqui. O filósofo, depois de citar a *unidade da realidade* enquanto uma lei, propõe o seguinte entroncamento reflexivo: “de duas uma: ou não há esta unidade, e a realidade constitui antes um problema do que uma solução; ou tal unidade existe” (1969, p. 207). Então ou existe o compartimento da realidade em que se contém as ações técnicas, outro compartimento as ações políticas, mais outro as

ações culturais, as científicas, as esportivas e assim sucessivamente, uma incomunicável com a outra em sua gaveta; ou então a realidade é uma só, ainda que sendo de diferentes formas. Fique claro que adotamos a segunda concepção, da unidade da realidade, ainda que o ser seja de variadas maneiras, conforme assinalamos. Para uma ontologia que assinala a passagem de um plano a outro da realidade remetemos o leitor a Vieira Pinto (1969; 2008).

No pensamento do filósofo argentino Enrique Dussel (2011) a política figura junto a outras possibilidades relacionais: a *erótica* se refere à relação homem-mulher, a *pedagógica* pai, mãe ou educador com o filho; e a *política* aparece como a relação irmão-irmão, irmão-irmã ou irmã-irmã no seio da sociedade, isto é, ele também defende uma conceituação ampla de política. Em sua concepção política refere-se não apenas ao político eleito, ao governante, mas ao governado também, em um âmbito internacional ou nacional, aplicando-o a grupos, classes ou formações sociais, tudo isso quando não são ações eróticas, pedagógicas ou antifetichistas estritamente. Ela apresenta-se enquanto *relação prática comunicativa*. Essa relação sempre ocorre dentro de uma totalidade estruturada institucionalmente como formação social histórica. A vida política é, portanto, sistemática e nesse sistema ocorrem atribuições e atividades organizadas de tal forma que estabelecem determinado funcionamento social.

Poderíamos trazer outra nota para a conceituação de política. Em “O conceito de tecnologia” Vieira Pinto afirma que a “capacidade que o homem adquire de exercer conscientemente a direção do curso histórico da existência, levando-o a formas mais perfeitas de convivência entre todos os indivíduos no ato da produção coletiva, é que se denomina política” (2005, vol. I, p. 208), trazendo aqui uma outra nota do conceito, dessa vez cunhada pela *ética*. É valiosa para nós esta concepção, pois traz ínsito esse tema tão capital em nossa realidade. Entretanto não se trata de uma ética qualquer, mas de uma ética da libertação dos países subdesenvolvidos especialmente: aspecto que deve estar no horizonte das reflexões de cunho decolonial. Entretanto soaria conflituoso com os propósitos de uma ética da libertação, a ética da vida, assumi-la enquanto cerne para a definição de necropolítica. Há flagrante contradição com este conceito, cujo radical é “necro”. Trata-se de um elemento de composição que provém do grego e indica “morto”, “cadáver”, tendo seu uso difundido especialmente pela linguagem científica internacional a partir do século XIX (CUNHA, 1991).

Poderíamos definir a política de forma neutra, sem sua nota ética, como sendo o exercício da direção social. Todavia é preciso concrecioná-la rumo a uma concepção

concreta. Concrecionar deve ser entendida como a atitude que busca aquilo que “cresce com” (do latim “*cum*”+“*crescior*”) um fato (M. SANTOS, 2017), sendo aspecto metodológico importante para a apreensão da realidade a partir da categoria crítica de totalidade (VIEIRA PINTO, 1960, vol. II, p. 155). *Considerando que cada ato político se dá no seio de determinada sociedade e que, por isso mesmo, é acompanhado de sanções ou méritos sociais, é necessário considerar essa nota para sua conceituação autêntica.*

Por conseguinte, pensar por contradição, um dos aspectos centrais da lógica dialética (VIEIRA PINTO, 1969), nos leva a considerar o tema da morte e da vida no horizonte da concepção política que toma-a como sendo a direção do curso histórico rumo a formas mais perfeitas de convivência no ato da produção coletiva. Acreditamos que temos aqui uma concepção antípoda da necropolítica, a política da morte.

Uma ética da libertação tem como princípio material universal não apenas a reprodução da vida e a busca da felicidade, “mas também *desenvolvimento* da vida humana na história” (DUSSEL, 2012, p. 383, grifos no original). É preciso considerar a as necessidades básicas do indivíduo enquanto ser vivente que tem demandas de uma corporalidade carnal (comer, beber, vestir, morar, descansar etc.), entretanto o plano social nos coloca também ante a diversos desenvolvimentos de demandas sociais e culturais cuja natureza é própria ao existir coletivo do ser humano, ser que demanda da comunidade, enquanto instância intersubjetiva econômica, o atendimento delas. Cremos que aqui está esboçada em suas linhas gerais, ou pelo menos aludida, a nossa concepção de existência. Concordando com Vieira Pinto (1969; 2005), entendemos que a existência do ser humano não é fato de ordem individual, subjetiva, como fazem crer as teses da filosofia da existência. Em realidade a existência do ser humano é sempre social e coletiva, de vez que concretamente o ser humano produz sua existência junto a determinado contorno comunitário. Nesse sentido o pertencer a determinada comunidade, a comunhão de interesses, a própria comunicação enquanto traço existencial do ser humano, adquirem caráter de aspecto de sua essência, pois estabelecem “a principal forma da mais elementar necessidade humana, a de trabalhar para comer” (VIEIRA PINTO, 2005, vol. II, p. 392). Aqui realizaríamos uma pequena correção a Dussel (1982, p. 89), quando diz que a necessidade humana é a negação da negação. É o trabalho que, para suprimir as necessidades, cumpre essa função de negação da negação, de positividade ante essa falta que é essa necessidade.

A necropolítica, por sua vez, é caracterizada pelo oposto: é um sistema em que a morte é destinada aos que estão submetidos a esse sistema de governança e práxis de di-

reção comunitária de forma a obter uma finalidade imediata ou uma mediação necessária para outra finalidade socialmente determinada. Com efeito discordamos da leitura de Renato Nogueira, que afirma que na necropolítica “a morte, o assassinato sistemático existe por si, em função de si mesmo” (2018, p. 71). A necropolítica concretiza-se quando o extermínio do outro aparece como algo necessário ou inevitável, contrariando o imperativo que eu, como um dos representantes de nós, está submetido: temos de cuidar do outro em comunidade e, anterior isso, respeitar a vida do outro, determinados por algo similar àquilo que nos faz dar água ao outro não porque temos água, mas porque sabemos o que é a sede (LISPECTOR, 2018, p. 386).

Sobre isso não basta o deixar viver; a vida em condições deploráveis de existência, a vida desumana, pode ser um elemento da necropolítica, ao passo em que permite a mortificação, uma morte de perspectiva lenta, embora sistemática. Mas esse é também um ponto crítico de uma ética da libertação. Vítima é um conceito que poderia ser utilizado aqui, mas entendido a partir das reflexões de Enrique Dussel. Para o argentino vítima é quem é caracterizado pela carência “de vida em alguma dimensão, ou não realização pulsional quanto à autoconservação” (2012, p. 375). As vítimas “são as que sofrem as imperfeições, os erros, as exclusões, as dominações, as injustiças, etc. das instituições empíricas não perfeitas, *finitas*, dos sistemas existentes (2012, p. 373, grifo no original). Dussel defende que não existe um sistema político perfeito. O capitalismo neoliberalista atual, que vige de uma maneira global-cada-vez-mais-globalizante, tem um aparato mais ou menos organizado de defensores incondicionais que apostam na responsabilização do indivíduo pela sua inconformação à sua estruturação. Nesse sentido é recomendada a adaptação como profilaxia e terapêutica desses casos que podem se manifestar como desviantes, questionadores ou desejosos de mudança social. A esse respeito a ciência psicológica e psiquiátrica muito têm contribuído (VIEIRA PINTO, 2008).

É importante explicitar o *funcionamento do sistema necropolítico*. Nele é possível que a burocracia mate diretamente, por meio de um aparato assassino institucionalizado e legalizado, ainda que seus fins e meios sejam sofismas encobertos sob a falsa aparência de valores éticos e humanitários justificáveis; mate indiretamente, por meio da *negligência* em gestão pública que trespassa vários outros âmbitos de seu funcionamento e estrutura prática, seja por exemplo, não cumprindo a vigilância à atuação de grupos milicianos ou de crime organizado, seja deixando de atuar para prevenir doenças ou promover saúde, ou então não criando ou, especialmente, não operacionalizando políticas públicas para grupos vulnerabilizados, como as mulheres, os negros, os indígenas, as co-

munidades LGBT, os idosos etc. O morticínio indireto pode ser operacionalizado também através da difusão de informações falsas, de maneira formal através órgãos oficiais ou informalmente pelas mídias sociais, com o intuito de induzir a população a comportamentos de risco; outro elemento desse conjunto de dispositivos e práticas é o amedrontamento com finalidades “educativas”, repressivas ou ameaçadoras, especialmente facultado vivências traumatizantes, como a tortura, desmembramentos, amputações, transformando o corpo humano em uma chaga viva, uma lição para os demais (FANON, 2005, 2018), ou o silenciamento de líderes-resistência contra a necropolítica, conforme se verifica no assassinio de Túpac Amaru, Patrice Lumumba e de Marielle Franco, também nos negros que foram humilhados nos pelourinhos, assim como na execução, poucas vezes investigadas ou punidas, de lideranças indígenas ou ambientalistas da Amazônia (MARCQUES, 2019), no terrorismo dos israelenses contra civis palestinos (MBEMBE, 2018), ou nas incontáveis vítimas nas periferias e favelas. Claro está que a necropolítica não atua apenas para matar, mas também tem em seu bojo de elementos essenciais, um aparelho dedicado a reprimir, através de práticas disciplinadoras, determinados grupos sociais que apresentam resistência à necropolítica ou aos expedientes dominadores, ou grupos que buscam a re-existência. Portanto nossa concepção se amplia em relação à de Mbembe, pois entendemos que o controle é um elemento presente, entretanto o alto grau de militarização é dispensável nesse sistema.

Outro ponto que pode ser investigado em termos de seu funcionamento para a política da morte são as formas do existir cotidiano que reprimem o fluxo da vida, de seu fruir originário, e provoca uma estagnação conformante ao sistema vigente. A esse respeito Gustavo Santos (2018) assinala as origens sociais dos transtornos mentais, discussão que não pode ser desconsiderada das reflexões da necropolítica que atua através de atos sutis, mas deletérios e eficazes em diminuir a vitalidade do ser humano.

Existem, portanto, vários *atos-políticos-para-a-morte*, o cerne existencial da necropolítica. Seus respectivos atores devem ser responsabilizados, indo desde os governantes de bela retórica e mãos limpas, até aqueles que se nutrem cotidianamente do sangue e das lágrimas dos oprimidos do mundo. Não foi arbitrária a escolha de Vieira Pinto (2008) da imagem do “vale das lágrimas” para se referir aos países subdesenvolvidos, ao público por excelência da necropolítica global. Foi de grande acurácia para ressaltar o drama concreto com que se deparam os condenados da terra. Fátima Lima pode ser citada aqui à medida em que a autora se propõe a ir na contramão de qualquer universalismo, pensando uma “bionecropolítica” localizada, atingindo o que ela chama de “bionecropolí-

tica” à brasileira. É de interesse a enunciação que ela faz de algumas formas através das quais se faz visível o poder necropolítico no Brasil:

[...] no sistema carcerário, a população em situação de rua, nos *apartheids* urbanos nas grandes e pequenas cidades brasileiras, em dados relevantes, no genocídio da população negra que em sua maioria é jovem e masculina, na eclosão dos grupos de justiceiros, nos hospitais psiquiátricos, nas filas das defensorias públicas, nas urgências e emergências hospitalares, entre tantos outros lugares (2018, p. 28, grifo no original).

Podemos citar outras fontes de lágrimas, como o uroxídio (DUSSEL, 2017); o abuso sexual infantil, que resulta no aumento de risco de ocorrência de psicopatologias na vida posterior do abusado ou da abusada, como graves transtornos de humor e de personalidade, além de dificuldades psicológicas relacionadas à interação com o abusador, à mudança do *locus* de controle e vivências de vergonha, culpa e medo (FÁVERO, 2010); e os dramas relacionados à dominação do trabalhador assalariado, como o baixo salário, a alta da inflação, a impossibilidade de oferecer para os seus filhos uma educação de qualidade, o acesso a um serviço de saúde resolutivo e humanizado; as dificuldades das mães solteiras, que tem que lidar com uma remuneração mais baixa por ser mulher, que sofrem com o peso do julgamento e da execração social; as agruras das mulheres casadas que têm que sofrer com a dupla ou tripla jornada, a violência doméstica o peso de uma sociedade machista, isto é, que estabelece funções e modos de ser às mulheres por serem mulheres, e aos homens, por serem homens, não abrindo-se a qualquer outra possibilidade de plenitude de ser.

Creemos ter enunciado as notas conceituais principais da necropolítica. Essa lista e a conceituação anteriormente exposta longe de serem exaustivos são apenas uma introdução ao tema.

COVID-19 e necropolítica no Brasil

Iniciaremos mostrando a relevância das reflexões de Álvaro Vieira Pinto sobre a existência e, especialmente, sobre o “ser para a vida”, para o nosso contexto atual. A princípio tal temática poderia parecer de cunho existencialista, entretanto salientamos que há radicais diferenciações entre pensar a existência a partir desse filósofo brasileiro e a partir dos expoentes dessa escola metropolitana de filosofia. A distinção entre a filosofia da existência clássica e a de Vieira Pinto merece um estudo pormenorizado, que apresentaremos em outro trabalho. Entretanto consideramos que a mais radical ruptura con-

ceptual se refere ao plano da essência da existência humana: enquanto as concepções originais, ainda que com suas variações metodológicas ou conceituais, primavam o âmbito da subjetividade e da individualidade, Vieira Pinto propõe a consideração da existência naquilo que ela tem de objetivo e de coletivo. Por isso há que se aclarar que ainda que haja flagrante influência existencialista em sua obra (FAVERI, 2012; FREITAS, 1998), seu pensar alcança por vezes resultados contrários às concepções originais, conforme ele próprio afirma em entrevista (VIEIRA PINTO, 1982, introdução).

A pandemia COVID-19 se configura para nós brasileiros como uma situação-limite, e aqui repetimos que não se trata de uma simples transplantação das ideias do pensamento existencialista de Karl Jaspers. Esse conceito será tomado conforme vertido por Vieira Pinto (1960, vol. II, pp. 283-287). Ainda que seja importante contrastar as duas concepções, explicitando suas diferenças, deixaremos tal empreendimento para o texto já aludido anteriormente. Neste momento contentamo-nos em apresentar a definição vieirista desse fenômeno:

[...] constitui-se socialmente uma ‘situação-limite’ quando a comunidade, tangida pelo agravamento das condições reais de vida, que desenham o quadro do subdesenvolvimento, é levada à consciência de si e entra em violento conflito com o mundo material onde se acha. Sociologicamente, o que se deve definir como ‘situação-limite’ não é o fracasso, mas o protesto (VIEIRA PINTO, 1960, vol. II, p. 284)

Entendemos que a pandemia e a luta dos que aqui contra ela resistem pode ser interpretada como sendo uma situação-limite, pois estamos justamente ante a uma fronteira, um contorno, uma margem que separa o nosso “ser” e o “mais ser” que podemos atingir. A cada momento em que o povo brasileiro investe contra as ações de cunho necropolítico empreendidas pelo governo federal, ou seus simpatizantes nas outras esferas governamentais, é realizada uma ação superadora desses atos-políticos-para-a-morte. A desobediência civil nesse caso é mais do que resistência: é um passo a mais rumo à a transcendência histórica, porque contra ao projeto assassino de Bolsonaro está sendo projetada e promovida uma nova sociedade, uma sociedade em que a vida é mais importante que os índices econômicos – extremamente injustos, diga-se de passagem, em uma perspectiva da ética da libertação – que esse governo tenta falsamente atingir. Fique claro que essa desobediência nada tem de similar às ações dos grupos e casos isolados de pessoas irresponsáveis que descumprem as medidas de isolamento.

A pandemia pode ser vista como uma situação-limite ainda por outros fatos, a começar pelo seu significado para a existência dos brasileiros. Não se trata de uma situa-

ção de limitação individual, para uma pessoa apenas. Talvez o seja para os países do Norte global, em que, com o sustentáculo social avançado, altamente desenvolvido do ponto de vista tecnológico, e com uma política de fato interessada em defender seus interesses nacionais e seus habitantes, permite essa nota aristocrática, esse luxo de pensar em si mesmo apenas. Ou então, e aqui emerge outra possibilidade de entendimento, a angústia de perder alguém querido, ou de estar inseguro quanto à segurança de sua própria condição vital, mesmo possuindo a tecnologia de ponta, os melhores médicos, a técnica mais avançada. Aqui na realidade subdesenvolvida os contornos são outros. Estamos ante limites reais que são de todos. As condições infortunadas afetam a comunidade nacional inteira, aqui não é a angústia de perder um ente querido simplesmente, é a angústia de não saber se ele vai ser cuidado ou não, ou seja, algo anterior, básico, que falta. O drama está relacionado não ao possuir a tecnologia de ponta e ainda assim estar sujeito à morte, mas o não possuir sequer a aparelhagem de cuidado, ou profissionais de saúde para a população toda. Por isso nossos *atos-limite*, isto é, *o modo de ser do humano que, através da atividade libertadora, se destina à superação das situações-limite, concretizam-se na busca pela vida*. Consequente à autoconsciência nacional acerca dos verdadeiros efeitos das ações políticas perpetradas pelos defensores da morte do povo brasileiro, temos o surgimento do vislumbre de outras possibilidades para uma política outra, capaz de valorizar autenticamente a vida.

Esse ponto nos coloca em contato com um aspecto da concepção da existência autêntica de Álvaro Vieira Pinto, conforme expressa em “Consciência e realidade nacional” (1960). Partindo de uma crítica que consideramos decolonial, aplicando aquilo que entendemos como *explicitação da exterioridade e situar-se decolonial*, duas atitudes metodológicas básicas a esse campo de pensamento, o filósofo brasileiro rechaça a concepção europeia de existência autêntica para em seguida expor sua própria, afeita à nossa realidade nacional. Em seu pensamento, “o existir autêntico se identifica com o ‘estar no mundo’ plenamente consciente” (1960, vol. II, p. 289). Chamamos atenção em primeiro lugar ao fato de que é indispensável entender que, conforme esclarece o filósofo, o ser humano é um ser que está no mundo, em convivência com outros seres animados, inanimados e humanos, que configuram junto a ele uma realidade social, natural e física onde realiza sua existência. O pensar crítico é aquele consciente dos fatores “configurativos” que o determinam, por isso é estabelecido um elo obrigatório na concepção do autor de consciência crítica e a consciência autêntica da realidade nacional.

Vieira Pinto fala da existência de outras modalidades além da crítica e ingênua: consciência culta *versus* consciência inculta, referindo-se à riqueza e clareza conceitual com que a pessoa representa a realidade; e autêntica *versus* inautêntica, referindo-se ao teor de verdade das representações. Ainda que riqueza e clareza conceitual possam ser adquiridas pelo estudo ou acúmulo cultural, elas não equivalem, porém, à representação crítica da realidade nacional, ou seja, tanto o pensar ingênuo quanto o culto podem ser cultos ou incultos. Por outro lado, a autenticidade é um privilégio do pensar crítico (VIEIRA PINTO, 1960, vol. I, pp. 20-23). Entretanto não se trata aqui apenas de como se representa a realidade, pois “a autenticidade do ser do homem não é subjetiva, mas objetiva e concreta; implica a compreensão da sua relação necessária ao mundo, e, portanto, à historicidade deste” (VIEIRA PINTO, 1960, vol. II, p. 289), por isso se trata de uma forma de ação, que equivale a conduzir-se segundo o pensar crítico.

A partir dessa reflexão ele discute a inautenticidade do conceito existencialista de “ser para a morte”, citando que não se trata de concepção de aplicação universal. A este respeito é lícito apontar uma crítica fanoniana convergente, que denuncia que os europeus sempre prezaram pela universalidade, desde que fosse uma *universalidade europeia* (FANON, 2005). No caso da realidade subdesenvolvida, aponta Vieira Pinto, o “existencial” autêntico é o “*ser para a vida*”, pois justamente por que temos milhões de mortes inúteis é que estamos empenhados em negar a morte. Diferentemente da absuridade morte nas reflexões existencialistas, a morte para um país subdesenvolvido é absurda, pois revela ser desnecessária, se trata de um absurdo social. A morte no país subdesenvolvido é fenômeno evitável que decorre de condições sociais removíveis; autêntico aqui é o cidadão que repudia a morte e assume as atitudes e posturas de impugná-la. Aqui estão em jogo especialmente os determinantes coletivos para a morte. É desatino tomar a morte em nossa realidade como aspecto constitutivo do ser humano, pois se trata, no mais das vezes, de acidente causado pelo subdesenvolvimento econômico:

[...] a menos que se considere natural e definitivo este estado, não há razões para admitir o caráter de mortal como distintivo do ser do homem do mundo pauperizado, não é sob esse ângulo que temos de conceituar-lhe a verdadeira natureza [...]. Claro está que todo homem morrerá um dia, mas, falando enquanto consciência social, a morte, que vemos aqui sempre prematura e desnecessária, parece-nos não ter razão de ser. Nenhum senso há, portanto, em fundar sobre a meditação da morte a direção da vida, para quem tem por tarefa social irrecusável eliminar as condições que fazem da mortalidade um acidente crônico (VIEIRA PINTO, 1960, vol. II, p. 293).

Vieira Pinto se referia aqui às diversas condições de saúde provocadas por determinantes sociais vinculados à realidade subdesenvolvida; mortalidade infantil, subnutrição, as chamadas “doenças tropicais”, anemia falciforme, verminoses graves etc. são exemplos disso. São quadros no mais das vezes facilmente evitados pela promoção de políticas públicas de saúde e cidadania, investimentos no aprimoramento da infraestrutura de comunidades e promoção de desenvolvimento econômico. Reconhece essas situações-limite, contra as quais insurge-se o ser para a via, pela condição que ameaça à reprodução vida coletiva, sendo não apenas uma experiência individual, mas antes disso, um componente do cenário social de determinada comunidade. Assim uma população ribeirinha, moradores de palafita ou habitantes de zonas de risco têm como determinantes sociais-ambientais em saúde um conjunto compartilhado de fatores. Entretanto, além de salientar que essa discussão, nestes exatos termos, guarda total atualidade, é relevante discutir ainda atualidade do *ser para a vida*, mas agora distendendo a noção, pois trata-se da condição de tantos quanto empreendem a resistência em prol da própria vida e da vida de seus semelhantes.

Essa pandemia se trata de um fato mundial nunca experimentado antes e de maneira tão globalizada (DUSSEL, 2020). Se de fato o COVID-19 democratizou o poder de matar, conforme aponta Achille Mbembe em entrevista⁴, não deixa de ser importante salientar a possibilidade existencial que detém cada um dos brasileiros de assumir ou não o resolutivo compromisso de cuidar de si e de seus semelhantes. A tarefa imposta por nosso contexto atual é o cuidado com as próprias ações que impactam na vida do outro. Há que se considerar a necessidade de cuidar em primeiro lugar da vida humana, pois a economia – nos termos ingênuos em que é tomada – figura como decorrência secundária à vida. A própria sociedade, em seu processo de reprodução de si mesma a partir da resolução das contradições que se encontra em relação à natureza, e daquelas engendradas pelo processo histórico-cultural, prescinde da estruturação econômica e política que temos atualmente; o que abre-nos a possibilidade entrever, projetar e lutar por heterotopias ou esterilizar nossa liberdade antes utopias idealistas de diferentes matizes. Desta forma o ser para a vida fundamenta os atos políticos de resistência à necropolítica.

Outro aspecto da pandemia no Brasil se refere ao financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Uma discussão sobre sua importância para o povo brasileiro e sua relevância como uma referência mundial – pelo menos em termos legislativos ou concep-

⁴ Endereço magnético para a fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>. Acesso em 19/04/2020.

tuais, porque em termos concretos a falta de financiamento faz boa parte de seu funcionamento quedar por desejar – foge aos nossos interesses. Aqui nos deteremos em dois pontos reflexivos; o primeiro se refere à chamada “PEC da Morte”. Trata-se de um epíteto acurado para a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos que foi aprovada logo depois do Golpe de Abril de 2016, resultando em uma suposta limitação do crescimento das despesas do governo brasileiro durante 20 anos. Entretanto em termos concretos ela significa a maior ameaça ao funcionamento dos serviços públicos pelos próximos vinte anos pelo menos. Nem o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu fazer tanto dano aos serviços públicos quanto ela.

O segundo ponto reflexivo que gostaríamos de tratar pode ser entendido como uma denúncia de um óbvio não-dito da política brasileira. De forma alguma estamos ante à escolha entre salvar uns e outros, de salvar os jovens em detrimento dos idosos, pois não há recursos financeiros e humanos nos serviços públicos de saúde para salvar a todos. Isso é o que crê o recém nomeado ministro da saúde, o empresário Nelson Luiz Sperma Teich⁵. Nossa escolha deve ser anterior. Queremos um sistema de saúde em que falte recursos? Esta pergunta traz um quê de obviedade meridiano. Nem nos dignaremos a responder. Nossa escolha é sobre de onde tiraremos o dinheiro para subsidiar o SUS. A esse respeito temos diversos grupos como escol que estão faltando com seu dever constitucional de pagar impostos. Aqui não falamos apenas da prática não apenas moral, mas também de caráter social, de sonegação de impostos e dos costumeiros expedientes financeiros em paraísos fiscais. Referimo-nos aqui especialmente aos bilionários brasileiros, que pagam poucos impostos comparados aos que paga um trabalhador. O proprietário de um carro popular, de um carro velho, de um calhambeque e até de uma moto mais simples, pagam o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), entretanto isso não se aplica aos proprietários de helicópteros, barcos e jatos particulares. Começa aí a sub-taxação que os mal-acostumados bilionários brasileiros têm. Se fosse aplicado esse imposto citado, teríamos mais 4,6 bilhões de reais nos cofres públicos. Outro aspecto de nossa atualidade brasileira digno de nota, que deve receber maiores interesses acadêmicos não apenas por esse aspecto econômico citaremos, mas também pelo aspecto ideológico, moral, social, cultural, político e subjetivo, ou seja, da existência brasileira

⁵ Endereço magnético para a fonte: <https://www.opopular.com.br/noticias/politica/em-v%C3%ADdeo-novo-ministro-da-sa%C3%BAde-nelson-teich-sugere-que-jovens-tenham-prioridade-sobre-idosos-1.2036688>. Acesso em 16/04/2018.

como um todo, é a progressiva fortuna de determinados grupos evangélico-empresariais que se arvoram em montar um império financeiro-político.

Convém investigar a relação da teologia da prosperidade com o imperialismo ianque, porque o crescimento dela no Brasil se deu a partir do final da década de sessenta, após a visita de Nelson Rockefeller a nossa pátria. Após essa visita foi elaborado por esse assessor de Richard Nixon, presidente estadunidense, um relatório que propunha que igrejas evangélicas, patrocinadas pela CIA, pelo departamento de estado estadunidense e outras fontes, fossem difundidas pelo Brasil com o fito de inculcar em seus fiéis uma religiosidade conservadora (BETTO, 2020). Claro está que hoje, contrariando até mesmo os aspectos mais cristalinos do protestantismo, alguns grupos e líderes evangélicos no Brasil tem representado o verdadeiro anticristo, além de serem a uma contradição importante que nos impedem de alcançar a humanização das condições de existência daqueles que aqui vivem. Entretanto o que queremos salientar aqui, ainda que, esteja evidenciado, o tema da teologia da prosperidade merece receber maior atenção acadêmica, é o fato simples de que aqueles que enriquecem através da fé do povo, e às custas de seu suado e penoso trabalho, deveriam contribuir a partir de impostos também, considerando a riqueza pessoal que esses servos de Mamom entesouram para si não contribui para finalidades sociais úteis.

Nessa necropolítica do governo Bolsonaro quem mais vai morrer é o povo, quem depende exclusivamente do SUS. A aqui nos contentamos em adotar a definição de povo de Dussel: “bloco social dos oprimidos e excluídos [...] o outro político” (2011, p. 119), englobando os grupos proletariados, os pequenos produtores rurais, indígenas, os favelados, os moradores da periferia, não esquecendo aqueles outros que têm como recurso apenas o Sistema Único de Saúde, que encontra-se cada vez mais exangue por seu desabastecimento pecuniário planejado.

Além da distinção entre os que usam exclusivamente o SUS ou não, é preciso salientar inclusive aquela que existe entre as taxas de mortalidade dos grupos sociais que compõem nossos estratos financeiros, bem como a clivagem racial e de gênero. A esse aspecto não seria ilícito retomar Frantz Fanon, quando o martinicano afirma que “nas colônias, a infraestrutura econômica é também uma superestrutura. A causa é consequência: alguém é rico porque é branco, alguém é branco porque é rico” (2005, p. 56). Em primeiro lugar é importante salientar que ainda que o autor se refira à empresa colonial direta, que vitimava a África e boa parte da Ásia em seu tempo, hoje podemos falar da colonialidade que afeta o mundo todo. Entretanto, para nós, adquire maior importância a

colonialidade enquanto uma manifestação paralisante, e por que não dizer mortificante, do mundo subdesenvolvido. Por isso não apenas “nas colônias”, mas nos países subdesenvolvido vigora uma superestrutura que, invertendo a citação fanoniana, faz com que alguém é pobre porque é de cor e alguém é de cor porque é pobre. Aqui queremos salienta, imbuídos da realidade de Nossa América, a presença dos índios, dos mestiços, e não apenas dos negros. A partir da noção da superestrutura social-racial construída pela modernidade colonial é que explica-se a maior taxa de mortalidade em alguns grupos, e menor em outros. Explica-se, por exemplo, o porquê de a primeira morte por coronavírus do Rio de Janeiro ter sido de uma empregada doméstica, contaminada por sua patroa que trouxe a enfermidade após viagem à Itália⁶, ou porque morram mais negros do que outros grupos no Brasil⁷.

Creemos que um ponto relevante a ser discutido é a consideração da *totalidade* brasileira. Nossa nação faz parte da comunidade humana universal. Para um exame apropriado desse contexto é necessário considerar “qualquer problema particular da realidade sob o ângulo de percepção do todo de que participa e que o engendra” (VIEIRA PINTO, 1969, p. 327). Por motivos objetivos o Brasil e todo o Sul global amargam o subdesenvolvimento e as condições deploráveis de existência em que agonizam suas massas. Diferentes autores descrevem esse processo através do qual os hoje países desenvolvidos desenvolveram-se e enriqueceram-se à custa do subdesenvolvimento e pobreza das nações oprimidas da terra (DUSSEL, 2012, 2017; GALEANO, 2015; VIEIRA PINTO, 1960, 1969, 2008). A esse respeito a canção “Berimbau”, de Vinicius de Moraes, expressa esse processo de interesse. Quando é cantado que “O dinheiro de quem não dá/ É o trabalho de quem não tem” temos um aspecto tanto da existência pessoal do “capoeira”, personagem da canção, quanto de relações mais amplas, pois aqui é expressado certo momento da realidade da exploração colonial que pode ser chamado de dialética da dominação, descrita por Vieira Pinto (1960, vol. II, p. 145; 1969, p. 328). Os países subdesenvolvidos exportam bens materiais, quase sempre o mais próximo possível de matéria-prima, que hoje recebem a alcunha quase excelsa de comódities, e importam diversos bens manufaturados, artefatos tecnológicos de ponta e bens culturais, indo desde a indústria cultural

⁶ Endereço magnético para a notícia: <https://apublica.org/2020/03/primeira-morte-do-rio-por-coronavirus-domestica-nao-foi-informada-de-risco-de-contagio-pela-patroa/>.

⁷ Endereço magnético para a notícia: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/coronavirus-e-mais-letal-entre-negros-no-brasil-apontam-dados-da-saude.shtml>; <https://istoe.com.br/coronavirus-e-mais-letal-entre-negros-no-brasil-diz-dados-do-ministerio-da-saude/>; <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/11/coronavirus-e-mais-letal-entre-negros-no-brasil-apontam-dados-do-ministerio-da-saude.ghtml>.

até as mais difundidas teorias que explicam o quadro de pobreza e miséria em que vegetam as massas dos países rapinados. Por meio dessa troca o Norte global alça-se à opulência, enquanto explora o trabalho do Sul. Frantz Fanon expressa esse fato histórico de maneira nua e crua: “o bem-estar e progresso da Europa foram construídos com o suor e os cadáveres dos negros, dos árabes, dos índios e dos amarelos” (2005, pp. 116-117). Salientamos que tal intercâmbio, de intrínseca via dupla, não resulta em benefícios autênticos para o país subdesenvolvido, pois além de estar economicamente sujeito a essa balança extremamente desfavorável, do ponto de vista filosófico, científico, cultural e acadêmico é sujeito aos diversos expedientes ideológicos para a escamoteação dos verdadeiros motivos para a situação deplorável em que vive seu povo.

Considerando esse aspecto econômico é de se esperar que a pandemia afete os países do Globo como um todo. A esse respeito até mesmo uma das agências devotadas à manutenção da exploração dos países oprimidos da terra, o Fundo Monetário Internacional (FMI), na figura de sua diretora-gerente, a búlgara Kristalina Georgieva (2020), aponta que é antecipada a maior recessão econômica desde a Grande Depressão de 1929, apesar da extraordinária incerteza sobre sua gravidade ou duração. É necessário manter um olhar acutelado, todavia, pois o vaticínio feito pela economista de que os países subdesenvolvidos deverão enfrentar maiores dificuldades, de que a crise os afetarão mais, é especialmente uma preparação para a manutenção do projeto de empobrecimento e desumanização dos povos desses países. Ao lado dessa verdade, de que esses países possuem maiores dificuldades em relação a seus sistemas de saúde, dificuldades de abastecimento e serviços básicos de infraestrutura, há toda uma série de sofismas que visam inculcar na consciência desses povos a ideia de que o único remédio possível, a única solução encontra-se no próprio FMI. Sua preocupação com os exportadores de comódities, pelo colapso em seus preços, não é nada humanitária. Trata-se de uma expressão de seu projeto imperialista de funcionar como um dispositivo de captura e dominação econômica desses países através dos empréstimos condicionados à aplicação de medidas anti-povo e pró-necropolítica.

A esse respeito cabe aqui um breve comentário sobre as comódities. A exportação desse bem é uma das políticas mais danosas para economia dos países subdesenvolvidos. Já explicitamos acima como a via comercial de mão dupla nos termos da dominação imperialista é responsável pela riqueza perdulária do Norte concomitante à pobreza mais deplorável que existe no Sul. Entretanto é importante salientar um aspecto da matéria-prima, ou das comódities, que é frequentemente negligenciado. Referimo-nos aqui a

seu caráter existencial, conforme a investigação realizada por Vieira Pinto (1960, vol. II, pp. 438-444). Podemos lançar mão das reflexões realizadas por ele e afirmar que a comódite transporta determinado potencial de trabalho a ser realizado sobre ela. Seu conceito, portanto, deve sempre considerar a nota existencial, que apreende o fato de que ela constitui o correlato físico para o cumprimento de uma exigência ou finalidade humana, pois “o que se entende por matéria-prima é sempre a matéria de um trabalho futuro” (VIEIRA PINTO, 1960, vol. II, p. 439). Poderíamos desdobrar a afirmação de Vieira Pinto, de que “a política de exportação de minérios equivale, portanto, a uma política de desemprego” (1960, vol. II, p. 441), e afirmar que a política de exportação de comódities equivale a uma política de desemprego. De desemprego, de desigualdade social e de manutenção do subdesenvolvimento, pois permite a atualização constante do círculo vicioso que encarcera a nação que exporta suas riquezas minerais.

O preço das comódities tem sido um elemento-chave da necropolítica no âmbito internacional. Enrique Dussel (2011) afirma que os países pobres do mundo se transformaram em inimigos do centro à medida em que a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) tende a fixar seus preços em desfavor dos condenados da terra. Dussel afirma que:

[...] o capitalismo, vivido pelo homem cotidiano do centro, em processo de crescente conservadorismo, teme as multidões demográficas mestiças, ‘negras’ ou ‘amarelas’. Ele as totalizou e as explora sistematicamente, mas não chega a aquietar-se. Um neomalthusianismo quer conter o avanço da periferia (2011, p. 122).

Temos aqui uma das principais razões para nós, povos dos países subdesenvolvidos, enfrentarmos a necropolítica: a preocupação das nações espoliadoras com o surgimento das massas demandantes do mundo explorado. Fanon (2005) é enfático na necessidade de abandonarmos o eurocentrismo, as idealizações e falsos sonhos criados e vendidos pelos europeus e seus sucedâneos estadunidenses, abandonarmos tudo isso em prol de um homem novo. É desse ser humano novo, dessa nova Humanidade que têm medo os dominadores. O poder imperialista do Norte global utiliza todos os recursos a seu alcance para tentar impedir o alvorecer desse novo dia. Para isso contam com a ajuda do escol corrompido dos países subdesenvolvidos. A expressão “*elite sabotadora*” descreve mais claramente o papel dos grupos dominantes das nações espoliadas, que se mancomunam com os dominadores forâneos em troca de certo poder regional.

Sendo um pensador engajado com as condições concretas dos condenados da terra, Dussel coloca em relevo a luta anti-imperialista nas suas reflexões sobre política, por isso salienta esse neomalthusianismo. Já Eduardo Galeano aponta o seguinte: ‘Combata a pobreza, mate um mendigo’, grafitou um mestre do humor negro num muro de La Paz. O que propõem os herdeiros de Malthus senão matar todos os futuros mendigos antes que nasçam?’ (2015, p. 22), Vieira Pinto pode ser retomado para arrematar a reflexão de Galeano: “na hora do festim todo mendigo que se aproximar dos convivas implorando uns restos de comida é antes de tudo um importuno (2008, p. 96). Este mesmo pensador salienta nessa obra citada que o conceito de explosão populacional tem sido utilizado para cumprir essas finalidades neomalthusianas. Em “O conceito de tecnologia” ele aprofunda essa discussão através da conceituação do “complexo de Herodes”, que se refere ao horror aos recém-nascidos, à infância, de onde surgirão a maior riqueza do país subdesenvolvido: o ser humano, o trabalhador que pode reivindicar seu *mais ser* e que pedirá contas às gerações precedentes da forma como foi organizada sua sociedade (2005, vol. I, pp. 497-517). Essa imagem bíblica foi utilizada para deslindar especialmente as perigosas práticas abortivas aplicadas então, que representavam, dada a tecnologia da época, um grande risco de saúde para a mulher, especialmente considerando que estava em marcha no Brasil uma precarização no uso de métodos contraceptivos que, sem assistência adequada, comprometiam ainda mais sua higidez. Por isso há que reconhecer que o planejamento familiar, como tem sido feito no Brasil, embora seja oficialmente reconhecido como direito de cidadania, ainda é um dispositivo aplicado por grupos de interesses contraditórios e muitas vezes internacionais (COELHO, LUCENA & SILVA, 2000). A interpeção ou, pior ainda, a demanda direta do subalternizado incomodam o dominador, por isso todo o esforço em vitimar quantos estiverem ao alcance das garras da necropolítica a seu serviço.

Essas reflexões que fizemos, todavia, cifra-se na noção de que de fato a crise pós-pandemia afetará a economia global como um todo e os países subdesenvolvidos não escapam a isso. Entretanto há um aspecto a ser considerado. Boa parte literatura marxista corrente sempre repete seu vaticínio de que as irreconciliáveis contradições do capitalismo não mais se sustentam e por isso logo veremos sua derrocada. Já faz um bom tempo que tal noção está no mercado. Ainda que desposemos as ideias dialéticas e que o conceito de contradição é de grande contribuição para o entendimento da realidade, temos divergências com uso marxista mediano que dele é feito. Não trataremos da temática aqui, nos contentaremos apenas em afirmar que o marxismo precisa ser decolonizado, atualiza-

do e (re)lido se quiser servir realmente à Latinoamérica. Precisamos ir à busca de um Marx desconhecido⁸. Pois bem, essa literatura que prevê há séculos o fim do capitalismo, apesar de que ele sempre seja pintado como estando mais próximo do que imaginamos, aponta que as diversas crises do capitalismo foram resolvidas às custas de um recrudescimento das condições de bem-estar do trabalhador. O que gostaríamos de salientar a respeito da pandemia de COVID-19, ou mais precisamente, da postura do FMI, é que está sendo forjada uma situação na qual os países do Sul global serão forçados pela disponibilidade ou não de empréstimos e, pior ainda, sujeição ao receituário neoliberal que implica, na verdade, no fortalecimento dos laços de dependência e dominação imperialista, a arcarem com os custos da crise. Uma crise capitalista e societária pós-pandemia é inevitável, entretanto o sucesso do projeto dessa agência imperialista denominada FMI, que propõe a sujeição do mundo pobre não é.

Outro aspecto que gostaríamos de apontar é a crise econômica conforme manifestada no Brasil. No seio de nossa nação, assim como nos outros países subdesenvolvidos, há grupos cuja situação será pior, desumanamente pior. Estamos sob uma situação trabalhista em que, sem falar do número de desempregados, grande parte da força de trabalho é informal ou autônoma, outra parte trabalha em empresas de pequeno ou médio porte, ou seja, as mais vulneráveis aos efeitos da pandemia. A “reforma” trabalhista de 2017, cuja proposta explícita era combater o desemprego e a crise econômica que havia no Brasil, tem mostrado aqui suas verdadeiras e autênticas finalidades: precarizar os vínculos de trabalho; expor o trabalhador e a trabalhadora ao arbítrio do patrão; dismantelar a possibilidade da proteção de seu sustento em situações como essa, de crise, morte e falta de recursos para os mais pobres.

Outro tema a ser considerado é a situação das mulheres, que tendem a ser afetadas desproporcionalmente pela crise. A esse respeito foi elaborada pela Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, conhecida como ONU Mulheres, um documento que é explicitada a questão de gênero em relação à pandemia. É apontado que os recursos públicos da saúde tendem a ser centrados na pandemia diretamente, facultando a falta de acesso a alguns serviços relacionados especificamente às mulheres, como os cuidados de saúde pré e pós-natal e de contracepção. As mulheres tendem a ser responsabilizadas pelos cuidados de familiares doentes, idosos e

⁸ Para um vislumbre das possibilidades de uma apropriação crítica do marxismo, conferir Dove (2017), Fanon (2005, p.56, 77 e 130), Vieira Pinto (1960, vol. II, pp. 201-208). Para uma superação decolonial, conferir Quijano (2010).

crianças, o que, conjugado com o maior impacto econômico da pandemia em setores que as empregam em grande medida, como o turismo e o comércio, pode resultar em uma maior carga de trabalho em casa e perda de renda. Por outro lado, há que se considerar que a crise vai afetar em grande medida as trabalhadoras informais, um setor com pouquíssima proteção trabalhista. É salientado que esse contexto de emergência tende a aumentar os riscos de violência e abuso contra mulheres e meninas, e dificultar o acesso a serviços de proteção e cuidado. Em seguidas são citadas algumas recomendações para o enfretamento dessas fontes de sofrimento para as mulheres (ONU MULHERES, 2020).

Por uma nova aventura

A necropolítica é a negação do oprimido e a libertação é a negação da negação. O projeto de *libertação nacional* é uma forma de propor resistência e eliciar formas de re-existência. Para a consecução desse processo é necessário a aventura de um *projeto de desenvolvimento nacional* centrado na ideia de *humanização da condição de existência das massas que aqui vivem*.

Aventura aqui não deve ser entendida em seu sentido corriqueiro: o ato destemido e insólito de uma pessoa. *Aventura* deve ser entendida a partir das reflexões de Álvaro Vieira Pinto (2005, vol. II, pp. 696-709) como sendo um aspecto existencial do ser humano, que se refere a um aspecto íntimo da consciência humana. Trata-se de um termo de origem latina, significando "ida às coisas que hão de vir" e se baseia no fato de que o ser humano é o único ser vivo que busca a aventura, a marcha na direção das coisas que estão por vir, em síntese o futuro. O humano é o ser "definido pela aventura de ser, isto é, faz as coisas que 'hão de ser', as *ventura*, tornarem-se o objeto de sua busca, da projeção da consciência" (VIEIRA PINTO, 2005, vol. II, p. 698, grifos no original). No pensamento desse filósofo a ânsia de alcançar o tempo que há de vir constitui a consciência do humano, porque ele é o ser que sempre tem diante de si um futuro *pretendido*, termo este definido como estendido diante de si.

Anteriormente dissemos que política no Brasil, por sua incapacidade de promover o desenvolvimento nacional autêntico, ou seja, que humaniza as condições de existência das massas, tem suscitado um imobilismo na situação dos brasileiros, trazendo efeitos funestos para a consciência social e, conseqüentemente, para o destino da nação. Quando assinalamos isso, tínhamos em mente que tal quadro configura a manutenção de um quadro em que a *liberdade política* – que aqui, em um país subdesenvolvido, deve ser

definida como a *capacidade de exercer os atos demandados para a libertação nacional* – não se manifesta na percepção do povo, por isso a grande difusão da ingenuidade na nossa população. Surge assim um pensar social marcado pela visão romântica da história, ou ainda pelo pessimismo, ufanismo ou saudosismo, todos esses traços da consciência ingênua descritos por Álvaro Vieira Pinto (1960, vol. I). A esse respeito, mais do que uma linha reflexiva apontando a atualidade desses traços, ou melhor, sua manifestação na atualidade, é preciso deslindar outros rasgos da consciência ingênua que se patenteiam no Brasil atual.

Consideramos relevante emprendermos uma breve reflexão acerca de nossa realidade nacional e que nos permitirão postular a necessidade de uma nova aventura. Na década passada vivíamos em um contexto econômico, cultural, social e político que em algumas linhas gerais é parecido com o do período isebiano da vida de Vieira Pinto. Claro, porém, que algumas diferenciações próprias do desenrolar histórico pós-ditadura imperialista-militar devem ser feitas. A esse respeito salientaremos duas dignas de nota: primeiro que naquele tempo havia um projeto de desenvolvimento nacional com parcelas consideráveis da população e da intelectualidade propensas a aventurá-lo. Hoje não temos tal projeto, vicejando aqui, como situação contraditória, uma profusão divergente de projetos menores. Que vão desde transformar aqui em um conjunto de latifúndios, uma nação com vocação agrária, conforme querem alguns setores da direita brasileira (CASIMIRO, 2018), até as utopias cravadas de colonialidade, como quer uma esquerda alugada. Segunda diferença, e aqui o apontamos em tom de advertência epistemológica; até o Golpe de 64 o coração intelectual do Brasil estava no Rio de Janeiro, tendo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) uma referência importante. Depois do Golpe ele foi alojado na cidade de São Paulo, convenientemente junto ao coração da burguesia brasileira (LOVATTO, 2017). Um estudo aprofundando os reflexos culturais e práticos disso é indispensável, entretanto não cabe aqui. Apesar dessas duas diferenciações o contexto geral ainda se mantém, pois suas linhas mestras quedam intactas, por isso encontramos em suas reflexões contribuições para nossa atualidade. É útil agora citar Vieira Pinto quando diz que:

[...] ou tomamos o rumo do desenvolvimento, o que se dará à medida que formos capazes de utilizar os dados da ciência e os instrumentos da técnica, a serviço de uma ideologia do progresso, ou, se o não fizermos, enveredaremos pela estrada do pauperismo (1956, p. 15).

Em “Consciência e realidade nacional” ele traz uma reflexão similar, dizendo que:

[...] em breve se apresentará esta alternativa fatal: ou as classes engajadas no processo [de desenvolvimento nacional], e já dotadas de relativa compreensão crítica, assumem o comando e prosseguem rumo às metas superiores, ou as virtualidades vislumbradas por efeito das realizações preliminares se desvanecem, absorvidas e aniquiladas pelas *falsas interpretações da consciência equivocada* (VIEIRA PINTO, 1960, vol. I, p. 387, grifos nossos).

Eis-nos em face à necessidade de enveredar o caminho do desenvolvimento para o bem-viver de nosso povo, pois caso contrário o Brasil amargará sabe-se lá até quando a posição subalterna de uma semi-colônia: território devotado a exportar suas riquezas naturais e gêneros alimentícios com baixíssimo processamento industrial, ou seja, praticar uma economia que empobrece a população, devasta a natureza e degrada as possibilidades existenciais daqueles que estão aqui, e em troca importam os produtos tecnológicos e culturais, o que culmina na alienação de seu próprio ser nacional.

Um componente não menos importante da nossa realidade atual são as falsas interpretações da consciência equivocada, grifadas por nós na citação acima. Não podemos negar que a esse respeito foi montado e tem sido sustentado um aparato de criação e divulgação de notícias falsas que intervém na opinião pública, isto é, na ideologia popular, de forma a defender os interesses forâneos em última instância.

Não deixa de ser importante salientar como esse aparato já funcionou anteriormente⁹ e gerou aquilo mais próximo que tivemos de uma “revolução colorida”: usando a outrora gloriosa camisa amarelo canarinho como sua referência, e supostamente defendendo os interesses nacionais, tivemos uma série de atores sociais que, a partir de junho de 2013, foram os mais solícitos defensores da voracidade econômica de nosso velho tio. Travestido de verde amarelo, o velhouco Sam não pôde deixar de mostrar seu velho manto alvi-rubro e anil ao arvorar-se em se apoderar da descoberta de reservas de petróleo na camada pré-sal do litoral brasileiro. A esse respeito Diogo Costa (2017) assinala o papel da espionagem sistemática perpetrada pelos estadunidenses em desfavor de personagens de relevância no cenário político e econômico do Brasil, como a presidência da república, vários ministros de estado, altas autoridades diplomáticas, funcionários intermediários e o mais alto escalão da Petrobras. As *desventuras* políticas que enfrentamos desde então

⁹ Uma discussão mais ampla deve ser feita, apontando como a derrubada de João Goulart em 64 se deu utilizando expedientes similares.

devem-se diretamente aos resultados da *guerra híbrida*, de processo operativo já descrito (KORYBKO, 2018), que foram deflagradas contra o Brasil. Representantes dos Estados Unidos, por isso, gozam de escandalosa proximidade com o governo Bolsonaro, que em troca oferece-lhes uma complacência servil. Pouco tempo antes eles possuíam outros acólitos e coroinhas em nossa terra, como Aluísio Nunes e José Serra no governo Michel Temer, que amiúde iam à busca da benção ianque.

A esse respeito salientamos a necessidade, mais do que nunca, de enfrentar o desafio da informação e da apreensão social da realidade, temas debatidos por Vieira Pinto (1956; 1960; 2005; 2008), quem traz uma teoria da informação e reflexões sobre ideologia que devem ser discutidas e assimiladas aos debates atuais sobre notícias falsas e consciência social da realidade nacional. Devemos recorrer novamente à concepção ampla de política como sendo “toda ação, individual ou coletiva, que se passa no interior da sociedade e tem esta por objeto” (VIEIRA PINTO, 2008, p. 161) para ressaltar que a divulgação de notícias falsas não é um passatempo, um vício casual ou uma simples maldade de alguns, mas sim faz parte de um dispositivo político de gerar hegemonia e facultar a manutenção do poder.

Em nosso contexto, onde pululam notícias vindas de diversas fontes, alcançando diversos graus de sistematização, verossimilhança, ética e estilos; um sem-número de formadores de opinião que incutem ideologias dóceis à dominação do povo e pró-Bolsonaro; ou seja, onde funciona um aparato dedicado à criação e divulgação de falsas interpretações da consciência equivocada, devemos salientar como atos-para-a-morte aqueles engendrados com o fito de confundir o povo acerca da real gravidade da pandemia de COVID-19.

Nesse sentido, agora retomando a importância de se pensar em um enfrentamento às incursões imperialistas, fontes primeiras do aparato citado, não é de todo desarrazoado explicitarmos que realizamos aqui a mais firme defesa do nacionalismo enquanto proposta política, econômica e cultural. Nosso nacionalismo, porém, não deve ser entendido como aquela farsa, o cinismo puro, a hipocrisia, a dissimulação, como aquilo que vem sendo chamado de bolsonarismo. Bolsonaro representa, na verdade, o mais velho e malfeito entreguismo, representa a necropolítica, representa o pauperismo para o povo brasileiro. Nós defendemos o oposto, um nacionalismo autêntico, que em termos *econômicos* defenda os interesses nacionais, do ser humano que vive aqui, e não de alguns grupos apenas; que em termos *políticos* signifique a defesa da soberania nacional e de um projeto nacional de desenvolvimento, rompendo com a dependência e com as influências

imperialistas; e *culturais* que produza uma superação epistêmica decolonial da colonialidade. Todavia nosso nacionalismo não é xenófobo ou totalitário, salienta-se. Não defendemos o extermínio das populações indígenas, nem que se adequem à “caminhada” modernizadora. A esse respeito temos toda uma discussão a empreender com Linera (2010) acerca do nacionalismo, uma vez que ele traz sérias críticas à sua concretização na Latinoamérica, mas falando especialmente no caso boliviano. De toda forma, entendemos que pensar em termos de nacionalidade – como categoria crítica – é um aspecto importante para o enfrentamento à necropolítica, que é sempre situada em algum contorno nacional.

A aventura, portanto, que propomos é um projeto nacional de desenvolvimento que centre-se na luta por melhores condições de existência do povo brasileiro e que tome como aspecto indissociável a decolonização. Aspecto não menos importante é a necessidade de respeito e cuidado à vida humana, tomando-a de antemão como digna da liberdade e do libertar-se de cunho decolonial. O viver é processo constante de transcendência e superação das contradições vitais, sociais e existenciais cujo fito último é a felicidade. Por isso defendemos uma humanidade – caráter de ser do humano, diferente de Humanidade, o conjunto de todos os humanos. Aqui a maiúscula faz toda diferença – que vai além da vida e do viver, da satisfação das necessidades básicas. Ainda que seja indispensável é preciso considerar o ser humano na sua transcendência histórica também (VIEIRA PINTO, 1960, vol. II; Dussel, 2012). Enquanto o trabalhador é mirado como o carvão que se queima para gerar riqueza, tal como expressa Darcy Ribeiro; ou como engrenagem da máquina capitalista latinoamericana¹⁰, nas palavras de Gustavo Santos (2018), isso é uma impossibilidade. A esse respeito é preciso uma ética outra, de outros termos e práticas em relação ao ser humano, ao trabalho por ele exercido e à apropriação de sua produção.

A partir do processo pelo qual a sociedade cinde-se em grupos sociais com interesses antagônicos e atividades distintas, o trabalhador braçal ou aquele que produz de outros modos – ele, e unicamente ele, produz, diga-se de passagem. Em tempos de quarentena, quando aquele que realiza serviços não-essenciais está em casa, o patrão se desespera. *Não é o patrão, o empresário, o empreendedor, quem produz, é o trabalhador.* A esse respeito são valiosas as reflexões de Vieira Pinto eliciadas a partir da pergunta “por que os ricos não fazem greve?”, título de uma obra sua (1962) –, o trabalhador braçal, dizíamos é tomado como um bem de consumo do patrão. Vieira Pinto (1969, p. 129 e

¹⁰ E por que não dizer mundial?

segs.) descreve esse processo, apontando que o trabalhador tem uma realidade existencial que o permite ser também bem de produção, pois é capaz de trabalhar e produzir. Todavia o que sucede em uma sociedade como a nossa é que seus produtos, concretos ou os resultados sociais ou culturais intangíveis do trabalho, são apropriados por outros, especialmente de outros países. Acreditamos que a alienação, esse processo através do qual o trabalhador é visto como uma máquina viva, é fundamental para entender a gênese e condição de manutenção da necropolítica no Brasil. A isso sejam acrescidas as reflexões de Vieira Pinto sobre a alienação internacional do trabalho (1960, vol. II, pp. 201-208).

Considerações finais

No dia 20/04/2020, quando terminamos de escrever este artigo, haviam no Brasil 39.681 casos confirmados de COVID-19, 22.130 casos de recuperação e 2.512 mortes. No mundo haviam 2.447.920 casos confirmados, 643.245 recuperações e 168.500 mortes. Ainda que seja de interesse demográfico este dado estatístico, é preciso não perder de vista, nunca, que se tratam de pessoas. Pessoas com uma história. Era uma mãe de família que deixou de trabalhar porque morreu, era um pai que deixou de trazer o sustento para casa, era gente que não abraçou seus amados, que deixaram seus filhos sem afagos, que não realizaram seus sonhos, que deixaram idosos desamparados em casa, que não puderam contribuir para a felicidade da Humanidade. A necropolítica é, situacionalmente, a nossa contradição principal, ainda que esteja, conforme tratamos de mostrar, ligada com aquela que outrora fora apontada como a primordial: aquela que coloca nossa nação em contradição direta com as nações imperialistas.

Ainda que a necropolítica bolsonarista não esteja restrita ao seu fazer político em tempos de pandemia, é nítido que seu potencial de matar está exponencialmente ampliado. A esse respeito, mais do que outros aspectos, ele irmanou-se também sob esse com Michel Temer na prática sistemática de levar a morte ao povo brasileiro. Há que se considerar que os dois governos federais pós-golpe de 2016 foram caracterizados também pelo *pauperismo* enquanto regime político, pois ambos utilizaram diversos expedientes políticos e culturais a seu alcance para o empobrecimento de nosso povo.

É necessário um projeto de desenvolvimento nacional que congregue todos os brasileiros. A esse respeito, ainda que a situação dos nativos signifique um problema teórico de importância magna, e aqui o dizemos em referência direta às acertadas objeções de García Linera, em termos práticos, isto é, políticos especialmente, não devemos consi-

derar serem difíceis algumas medidas concretas de sua humanização: respeito à demarcação de suas terras; criação de dispositivos devotados à sua defesa contra missionários-salafrários, brasileiros ou estrangeiros, que tentam impor-lhes todo tipo “crenças modernizadoras”, que nada mais são que o mais puro exemplar da colonialidade em realidade concreta; a proteção de suas lideranças contra latifundiários, madeireiros e exploradores de toda sorte; e assim sucessivamente. No projeto de nação a ser proposto devemos ter em mente a humanização das condições de existência de *todos* os brasileiros.

Salientamos a importância de se empreender investigações sobre o porquê da eficiência atual de fórmulas ingênuas, como o moralismo beócio, o profetismo catastrófico, o saudosismo ou a mística do salvador, que foram citadas por Vieira Pinto (1960, vol. II, p. 298) como fadadas ao fim. Naturalmente é quase obviedade o que significou a ditadura imperial-militar de 64 para a consciência crítica da nação, entretanto é preciso refletir em termos das condições sociopolíticas do período pós-democratização e a consciência social da realidade nacional.

Estamos em um contexto em que muitos dos brasileiros já foram vitimados pela necropolítica pauperista bolsonarista, e contra isso nos insurgimos. Não seria ilícito citar aqui Enrique Dussel:

De fato, para que haja justiça, solidariedade, vontade diante das vítimas, é necessário ‘criticar’ a ordem estabelecida para que a *impossibilidade de viver* destas vítimas se converta em *possibilidade de viver* e viver melhor. Mas para isto é necessário ‘transformar’ a ordem vigente; fazê-la crescer, criar o novo (2012, p. 382, grifos no original).

Todo o povo brasileiro se encontra ante a possibilidade da vida ou da morte. É o resolutivo protesto contra a situação necropolítica atual que nos abre a possibilidade de sua superação. Entretanto a realização das capacidades de bem-estar, a plenitude moral, a felicidade e a criação cultural superior só serão conquistados a partir de um projeto de libertação nacional¹¹.

¹¹ **Pós-escrito**- após as manobras perpetradas pelo governo federal, de restringir o acesso aos dados sobre a pandemia de COVID-19, foi realizado um consórcio entre as secretarias estaduais de Saúde e alguns meios de comunicação. Segundo os dados do dia 23/06/2020, pouco mais de um mês depois de terminarmos a redação do artigo, o Brasil já havia registrado um total de 52.771 mortes e 1.151.479 casos confirmados. Fonte: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/23/brasil-tem-1364-mortes-por-coronavirus-em-24-horas-revela-consorcio-de-veiculos-de-imprensa-sao-52771-no-total.ghtml>.

Referências

BALLESTRIN, L. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, pp. 89-117, 2013.

BETTO, F. **O diabo na corte: leitura crítica do brasil atual**. São Paulo: Cortez, 2020.

BERNARDINO-COSTA, J., MALDONADO-TORRES, N. & GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CASIMIRO, F. **A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

COELHO, E., LUCENA, M. & SILVA, A. O planejamento familiar no Brasil contexto das políticas de saúde: determinantes históricos. **Rev.Esc.Enf.USP**, v. 34, n. 1, 2000, 37-44.

CÔRTEZ, N. **Esperança e democracia: as ideias de Álvaro Vieira Pinto**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

CUNHA, A. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

COSTA, B. & MARTINS, A. **Álvaro Vieira Pinto e o Pensamento Decolonial: A questão da colonialidade do saber** (p. 49). Anais do 3º Colóquio Álvaro Vieira Pinto (p. 49). Porto Alegre: Rede de Estudos sobre Álvaro Vieira Pinto, 2018. Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/329697939>>. acesso em 15 set. 2019.

COSTA, B., & MARTINS, A. Lógica dialética e educação: um estudo introdutório a partir do pensamento de Álvaro Vieira Pinto. **Educação E Pesquisa**, 45, e188483, 2019a. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201945188483>.

COSTA B. & MARTINS, A. Álvaro Vieira Pinto e o pensamento decolonial. **Revista Akeko**, v.2, n.1, pp. 508-523, 2019b.

COSTA, D. Junho de 2013. Em: Giovanni Alves et al. (Coords.). **Enciclopédia do golpe**. v. I. Bauru: Canal 6, 2017, pp. 97-105.

DOVE, N. Uma Crítica Africano-Centrada à Lógica de Marx. **Ensaio Filosóficos**, v. XVI, 2017, pp. 17-41.

DUSSEL, E. **Para uma ética da libertação latino-americana: I acesso ao ponto de partida da ética**. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

_____. **Filosofia de la liberación**: México: FCE, 2011.

_____. **Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Filosofia da libertação:** crítica à ideologia da exclusão. São Paulo: Paulus, 2017.

_____. Cuando la naturaleza jaquea la orgullosa modernidad. Em: F. GARCIA (ed.). **Capitalismo y pandemia.** FilosofiaLibre, 2020, pp. 87-90. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1iXJud-JZqZcqq51o0Qb3ftHwTz5vPgDs/view?fbclid=IwAR3i9o9PCb1gVYRmT2vMUdG7bmAfdDsf1Ii2plysqDbpWFslUb4TnwUMtnI>. Acesso: 19/04/2020.

GEORGIEVA, K. **Confronting the Crisis: Priorities for the Global Economy.** Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2020/04/07/sp040920-SMs2020-Curtain-Raiser>. Acesso em 14/04/2020.

FANON, F. **Os Condenados da Terra.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

_____. **Alienation and freedom.** J. KHALFA & R. YOUNG (eds.). Bloomsbury: Bloomsbury Academic Publishing, 2018.

FAVERI, J. **Álvaro Vieira Pinto:** contribuições à educação libertadora de Paulo Freire. São Paulo: LiberArs, 2014.

FÁVERO, M. **Psicologia do gênero:** psicobiografia, sociocultural e transformações. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

FREITAS, M. **Álvaro Vieira Pinto:** a personagem histórica e sua trama. São Paulo: Cortez/USF-IFAN, 1998.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina.** Porto Alegre: L&PM, 2018.

GONZATTO, R.; MERKLE, L. Vida e Obra de Álvaro Vieira Pinto: um levantamento biobibliográfico. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 69, set. 2016, pp. 286-310.

GROSGOUEL, R. Developmentalism, Modernity, and Dependency Theory in Latin America. Em: M. MORANA, E. DUSSEL & C. JÁUREGUI (Eds.). **Coloniality at Large:** Latin America and the postcolonial debate. Durham: Duke University Press, 2008. pp. 307-331.

KORYBKO, A. **Guerras Híbridas:** das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LIMA, F. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, n. 70(spe), 2018, pp. 20-33. Recuperado em 15 de abril de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400003&lng=pt&tlng=pt.

LISPECTOR, C. **Todos os Contos.** Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

LOVATTO, A. Educação e revolução no ISEB: a experiência dos cadernos do Povo Brasileiro. **Jornadas Bolivarianas.** VIII Edição. A educação na América Latina: 100 anos

da Reforma de Córdoba. IELA/UFSC, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SUOYyTYtm6s>. Acesso em: 01 ago. 2019.

MACEDO, J. Intelectuais africanos e estudos pós-coloniais: as contribuições de Paulin Hountondji, Valentim Mudimbe e Achille Mbembe. Em: J. MACEDO (org.). **O Pensamento africano no século XX**. São Paulo: Outras expressões, 2016, pp. 313-337.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. Em: BERNARDINO-COSTA, J., MALDONADO-TORRES, N. & GROSGOUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. pp. 27-53.

MARQUES, G. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARTINS, P. **Teoria crítica da colonialidade**. Rio de Janeiro: Ateliê das Humanidades, 2019.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIGNOLO, W. & WALSH, C. **On Decoloniality: concepts, analytics and praxis**. Durham: Duke University Press, 2018.

NOGUERA, R. Dos condenados da terra à necropolítica: Diálogos filosóficos entre Frantz Fanon e Achille Mbembe. **Revista Latinoamericana do Colégio Internacional de Filosofia**, n. 3, 2018, pp. 59-74.

OLIVEIRA, T., ABRANCHES, M. & LANA, R. (In)Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. **Cadernos de Saúde Pública**, 36(4), 2020, e00055220. Epub April 06, 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00055220>.

OMS- Organização Mundial da Saúde. **Coronavirus disease (COVID-19) Pandemic**. 2020a. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em: 07/04/2020.

_____. **Rolling updates on coronavirus disease (COVID-19)**. 2020b. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/events-as-they-happen>. Acesso em 07/04/2020.

_____. **Coronavirus disease (COVID-19) advice for the public**. 2020c <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>. Acesso em 07/04/2020.

ONU Mulheres. **GÊNERO E COVID-19 NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: DIMENSÕES DE GÊNERO NA RESPOSTA**. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf. Acesso em: 07/04/2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. Em: B. SANTOS & M. MENESES (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. pp. 84-130.

SANTOS, G. **Terapia existencial da libertação: ensaios introdutórios**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

SANTOS, M. **Filosofia da crise**. São Paulo: É Realizações, 2017.

SZUCHMAN, K., LAZZAROTTO, G., & PALOMBINI, A. Construção de testemunhos de violência de estado: exercício político da formação em psicologia. **Revista Psicologia Política**, v. 19, n. 46, p. 422-434, 2019. Recuperado em 15 de abril de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300004&lng=pt&tlng=pt.

TANG, N., BAI, H., CHEN, X., GONG, J., LI, D., & SUN, Z. Anticoagulant treatment is associated with decreased mortality in severe coronavirus disease 2019 patients with coagulopathy. **Journal of thrombosis and haemostasis: JTH**, 2020. 10.1111/jth.14817. Advance online publication. <https://doi.org/10.1111/jth.14817>.

VIEIRA PINTO. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

_____. **Consciência e realidade nacional**. 2 v. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

_____. **Por que os ricos não fazem greve?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

_____. **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **O conceito de tecnologia**. 2 v. São Paulo: Contraponto, 2005.

_____. **A sociologia dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.